

Orçamento Acrobacias orçamentárias

29 FEV 1992

ESTADO DE SAO PAULO

29 FEV 1992

Neste ano, o Orçamento do exercício somente foi sancionado no final de fevereiro. Assim, durante dois meses, vivemos à margem da Lei de Meios, embora ninguém o tivesse notado... O que mostra a importância que se dá à peça orçamentária na democracia brasileira. Aliás, há muitos anos vimos denunciando tal descaso, mas em 1992, ao que parece, o Orçamento terá ainda menor significação: trata-se apenas de um ato formal, sem relevância, por culpa tanto do Congresso quanto do Executivo.

Não podendo aumentar as despesas sem recursos suplementares, o Legislativo encontrou uma solução fácil: reestimou as receitas em Cr\$ 3,7 trilhões e ainda se apropriou de Cr\$ 868,8 bilhões destinados à amortização da dívida interna para satisfazer a voracidade dos seus integrantes, que, simplesmente, decidiram que tal descaminho poderia ser coberto por emissões de títulos públicos. Desse modo, foi possível encontrar recursos para atender às 13 mil emendas apresentadas, que ampliavam as despesas para permitir aos nossos representantes a consolidação das suas posições eleitorais.

Cumpriria ao presidente da República, conforme sugeriu o seu ministro da Economia, vetar diversos artigos da Lei de Meios, mas verificou-se que os vetos eram tão complexos a ponto de afetar toda a peça orçamentária e levantar um problema delicado no plano político. A solução encontrada foi das mais simples: decidiu-se não levar em conta o que havia sido aprovado pelo Legislativo e fixar, a cada trimestre, o montante dos recursos a ser liberados para que o País se enquadrasse aos compromissos assumidos com o FMI. Realmente, o

projeto do Orçamento elaborado pelo Planalto havia previsto que a administração central deveria registrar um superávit primário (déficit nominal do qual se extraem as correções monetária e cambial, assim como o serviço da dívida) equivalente a 0,5% do PIB. Ocorre que o governo se comprometeu com o FMI a obter um superávit de 1,2% do PIB. O que implica cortar os gastos (se não houver aumento das receitas) em cerca de Cr\$ 7 trilhões, num orçamento de Cr\$ 478 trilhões. Mas os problemas não ficam aí: devendo o País pagar aos integrantes do Clube de Paris aos bancos credores mais juros de que aqueles previstos no Orçamento — gastos que somente podem provir de um aumento do superávit primário —, este tem de crescer, o que exige novos cortes nas despesas. Se acrescentarmos a isso que o Congresso superestimou as receitas, outros cortes não poderão ser evitados. Estima-se que no total Cr\$ 33,4 trilhões terão de ser cortados diante da superestimação das receitas e de outras contingências, ou seja, 7% do Orçamento aprovado.

Verifica-se, assim, que a votação do Orçamento não passa, entre nós, de simples formalidade, despida de qualquer significação...

